

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOUSA, Luiza Erundina de. *Luiza Erundina (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**LUIZA ERUNDINA**  
**(depoimento, 2001)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Angela Maria de Castro Gomes; Dulce Chaves Pandolfi

levantamento de dados: Angela Maria de Castro Gomes

pesquisa e elaboração do roteiro: Angela Maria de Castro Gomes

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Brasília - DF - Brasil

data: 04/12/2001

duração: 1h 40min

fitas cassete: 02

páginas: 27

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da assistência social no Brasil: constituição de banco de entrevistas", desenvolvido em convênio com o Ministério da Previdência e Assistência Social através de sua Secretaria de Estado de Assistência Social, entre 2001 e 2002, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos sobre o tema a ser disponibilizado no CPDOC e no Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.

## *Sumário*

Entrevista: 04.12.2001

Fita 1-A: Dados biográficos; irmãos; informações sobre os pais; pobreza na infância: seca nordestina, deslocamentos temporários da família; estudos; diferenças sociais e preconceito racial em Uiraúna, PB (cidade natal); mudança para Patos para completar o ginásio; empregos para ajudar a família: consegue trazer mãe e as irmãs para Patos; fragmentação da família; mudança para Campina Grande; estudos interrompidos: necessidade de cuidar da família; formação religiosa; ingresso na JEC – Juventude Estudantil Católica; período da ditadura militar (1964-85); relações com a esquerda católica; envolvimento no Movimento Cultura Popular, visado pela ditadura; assume diretoria de educação e cultura da prefeitura de Campina Grande (1958): início da experiência em trabalhos sociais; papel da Igreja junto às vítimas da repressão às Ligas Camponesas; envolvimento com os camponeses: comprometimento político.

Fita 1-B: Militância católica e trabalho na prefeitura influenciam opção pelo serviço social; contribuição na criação da faculdade de Serviço Social em Campina Grande; ingresso nessa faculdade; convite para assumir superintendência estadual do SAMDU: transferência para capital; formatura na Faculdade de Serviço Social de João Pessoa; Igreja vinculada à montagem de Escolas de Serviço Social (em São Paulo, Ceará, Paraíba); informações sobre os professores do curso de Serviço Social; organização de grupos de estudo: alunas desenvolvem visão político-social incompatível ao posicionamento da Escola de Serviço Social; amadurecimento precoce; leituras ligadas ao marxismo; dedicação aos estudos; razões que a aproximam do Serviço Social: militância, infância sofrida, sentimento de dever em relação aos flagelados da seca; bolsa de estudos em São Paulo: mestrado em Ciências Sociais (1968-1969); órgãos de segurança a impedem de dar aula na Universidade Federal da Paraíba; em 1970, volta à Paraíba: trabalho de assistente social no INPS, militância e repressão política; engajamento político do arcebispo da Paraíba, dom Pelé; contato com dom Hélder Câmara; mudança definitiva para São Paulo (1971); trabalho como assistente social nas favelas de São Paulo; luta por melhorias sociais: nova perseguição política; fundação e filiação ao PT; reativação da APASSP (Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo).

Fita 2-A: Reativação da APASSP (continuação); atuação na greve dos servidores públicos (1979); realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo (1979): grupo de oposição toma o controle do evento; Associação de Assistentes Sociais como "força auxiliar dos trabalhadores do ABC"; Lula denuncia contratação de assistentes sociais pela Volkswagen para aliciar grevistas a voltarem ao trabalho (greve de 1978); envolvimento com o CELASS-Centro Latino Americano de Serviço Social: movimento de reconceituação, novas categorias teóricas da assistência; divergência ideológica entre assistentes sociais tradicionais e a "vanguarda da categoria"; APASSP se recusa a cumprir decreto do prefeito Olavo Setúbal: apoio da população e surgimento do movimento dos favelados em São Paulo; afirma que "a LBA não tinha importância para nós naquele momento" por ser considerada assistencialista; concepção do assistente social como "agente de mudança": forte engajamento político; luta da APASSP em defesa dos assistentes perseguidos políticos; tentativa de reformar a Faculdade de Serviço Social Paulista (com Pedro Malheiros e Sônia Ribeiro); pedido de demissão em outras instituições de ensino em solidariedade a colegas (Sônia Ribeiro, Marta Godinho); organização dos assistentes em âmbito nacional (congresso de 1979): criação de sindicatos, associações; trabalho nas FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas; grupos conservadores no quadro das Escolas; seus vínculos com a Igreja são mantidos: contato com Dom Angélico e Dom Paulo; eleita vereadora (1982).

Fita 2-B: Ação política (como vereadora, deputada, prefeita, ministra) marcada pela formação profissional e compromisso com o "movimento"; demissão do cargo de ministra-chefe da Secretaria de Administração Federal; suspensão do PT: visão divergente; comentários sobre a importância atual e futura da profissão de assistente social.

*Entrevista: 04.12.2001*

*Erundina, como de praxe, vamos começar perguntando seu nome completo, local de nascimento, nome dos seus pais... Enfim, um pouco da sua origem, para depois começarmos a falar sobre sua história na assistência social.*

Nasci numa cidadezinha do serão da Paraíba, chama-se Uiraúna, no dia 30 de novembro de 1934. Sou filha de uma família numerosa, eram dez irmãos. Dois morreram ainda criança, e nós oito, de uma certa forma, fomos nos espalhando pelo país afora porque, a cada seca que tinha no Nordeste, minha família migrava e meus irmãos mais velhos iam ficando nos lugares para onde a família tinha ido.

*Seus pais faziam o quê, exatamente?*

Meu pai era agricultor, mas durante o período de inverno, de plantio e de colheita, é que ele trabalhava na roça. Nos meses que não tinha atividade na roça, ele se dedicava à atividade artesanal; trabalhava com couro. Era um artesão, trabalhava muito bem o couro: fazia sela para animais, arreios... Tinha fama de que as selas que fazia não machucavam os animais. E ele fazia o processo inteiro: ia pegar madeira para fazer o suporte da sela, curtia o couro para poder fazer a montagem da sela etc. E nós, crianças, inclusive, participávamos desse processo artesanal, bordando a sela...

*É um ofício mesmo: seleiro.*

É, o seleiro. Ele tinha muito prestígio em relação a essa atividade porque era considerado aquele que conseguia fazer uma sela que não machucava os animais.

*E qual era o nome do seu pai?*

Antônio Evangelista de Souza.

*E o de sua mãe?*

Enedina de Souza Carvalho.

*Ela tomava conta dos filhos? Com essa família numerosa...*

É, ela era uma mulher muito forte, inclusive para segurar a barra, como se diz, de uma família numerosa, com tantas dificuldades. Era uma mulher muito forte e ajudava meu pai na manutenção da família, trabalhando: fazia bolos, torrava café e vendia na feira da cidadezinha nos domingos. E fazia todo o trabalho doméstico. Era uma mulher muito forte, muito corajosa. Era o esteio da família, porque meu pai, como artesão, como artista, era uma pessoa muito sensível e, a meu ver, com dificuldade de enfrentar a dureza da vida. Minha mãe é quem dava o suporte, a firmeza, segurava a barra de uma família numerosa. Os irmãos mais velhos eram homens e as filhas mulheres eram as mais novas. Então, era uma situação muito difícil. Num período de seca, tinha falta do essencial, da alimentação, das condições básicas de sobrevivência. Desde muito criança, a gente tomou consciência dessa realidade. Não me lembro de ter tido infância, porque já criança a gente estava ligada aos problemas dos adultos: tinha preocupação se ia chover ou não ia chover. A gente já aprendia a observar o horizonte para saber se tinha

sinais de chuva ou não. Determinado pássaro que cantava significava determinada coisa, a cor do sol significava outra, a direção do vento, enfim, a gente já acordava muito cedo para os problemas que os adultos enfrentavam. E o problema de sobrevivência ligado à questão da seca, à questão de não ter acumulado sequer para esperar um ano que chovesse. Quer dizer, o limite era 19 de março, dia de São José. Até aquela data se faziam todas as novenas, e se não chovia até o 19 de março, vinha a falta de esperança de que viria chuva, de que teria inverno. A família já começava a se preparar e buscar algum lugar em outro estado para poder migrar, mas sempre na esperança de que a chuva viesse para poder voltar. Quer dizer, nunca a família ia achando que ia ficar lá. Era ficar lá enquanto aguardava a vinda da chuva.

*Uma migração temporária?*

Temporária. Era para fugir da seca, para fugir da fome, para fugir da situação.

*Ou seja, vocês deixavam a casa nessa cidade em que moravam mais ou menos armada e saíam com pouca coisa.*

É, a casa era a mais simples possível. Meu pai trabalhava na própria casa, a oficina dele era na própria casa. Uma casa simples, de chão batido. Não tinha muito que deixar lá. E as pessoas iam nas piores condições, da cidadezinha até o lugar onde tinha trem para nos levar para outra cidade. Até o trem, íamos em animais, os animais eram só para o pouco de carga que se levava e para as crianças; tudo que ia em malas, em caçambas, os animais levavam. E os adultos iam a pé até aquela cidadezinha para se tomar o trem. Aí ficava-se esperando, às vezes o dia inteiro, pelo trem. Depois, o trem nos levava para uma outra cidade, onde se pernoitava até chegar no local que se havia conseguido para ficar. Era uma situação muito dura.

*E nessa situação de deslocamentos, que eram mais ou menos freqüentes, como ficava o estudo de vocês?*

Ficava muito irregular. Não se tinha condição de assegurar uma continuidade do estudo. Por exemplo, eu estudei na minha cidadezinha, fiz o curso primário de cinco anos. Aliás, era um curso muito bom. O que aprendi de gramática, o que aprendi de aritmética foi naquela fase. Como não tinha ginásial nessa cidade, meu pai não pôde me mandar estudar numa outra cidade. Então, terminei o curso primário e, como tinha muita vontade de continuar a estudar, a minha professora, dona Palmira – minha primeira professora – permitiu que eu continuasse freqüentando a escola, mesmo tendo concluído. Isso para que eu não perdesse o vínculo com o estudo, com a escola. Fiz mais um ano, ela permitindo que eu freqüentasse o grupo escolar porque meu pai não havia tido condições de me mandar para outra cidade para fazer o ginásial: tinha o exame de admissão etc.

Pela consciência que tive desde muito cedo, pela realidade da minha cidade, do meu povo, da minha gente, eu já percebi muito criança que aquilo não era uma coisa justa: que alguns não tinham que viajar, ir embora quando tinha seca, e ficavam. Embora não fossem ricos, havia uma diferenciação de classe e de condição de vida. Alguns familiares de amigos meus, de amigas minhas, não precisavam sair da cidade, porque tinham condições de esperar um ano, ou mais até, para que viesse a chuva. Então, percebi que tinha uma diferenciação entre aqueles que eram mais pobres e aqueles que tinham uma condição um pouco melhor, mesmo não sendo ricos.

Outra coisa que me chamou muita atenção naquela fase da vida é que tinha uma área da cidade que se chamava Rua dos Negreiros. Era numa cidadezinha muito pequena ainda, uma vila que pertencia a um município com características rurais etc. Era um povoado rural. Eu tinha uma irmã – minha mãe adotou uma afilhada dela – que era negra. Meus pais eram padrinhos dessa menina e os pais dela morreram. Eram três filhos: um menino e duas meninas. Então, minha mãe adotou uma das meninas e minha tia, irmã da minha mãe, adotou a outra menina. Elas eram negras e eu me apeguei muito a essa minha irmã. E ela era criada em casa como irmã mesmo, irmã mais velha. A família tinha um carinho muito grande por ela, só que percebi... Quer dizer, ela namorou e se casou com um negro, sem que minha mãe quisesse. Até porque ele era negro – quer dizer, você percebe a coisa – e ela, ao casar, contrariando a vontade de minha mãe, foi morar na Rua dos Negreiros, que era um agrupamento na cidadezinha isolado dos demais, onde tinha prostituição, pobreza. Então já havia uma segregação racial numa pequena cidade, por conta do problema de ser negro. Isso me tocou muito, desde muito criança. Primeiro, eu tinha um carinho, um amor por essa minha irmã muito grande. E ela teve dificuldade para pedir à minha mãe para casar com um negro. E ao casar, teve que ficar isolada. Isolada no sentido de que não era parte da cidade, era considerado um agrupamento diferenciado.

*Até no nome, Rua dos Negreiros... Agora, com todas essas dificuldades, eu queria saber como você conseguiu continuar a estudar.*

Meu pai era uma pessoa muito sensível e eu tinha uma afinidade muito grande com ele. Ele percebia a minha vontade de estudar. E quando foi no meio do ano – esse um ano que fiz a mais – ele disse o seguinte: “Olha, no próximo ano, se chover, você vai estudar.” Eu tinha uma tia, irmã da minha mãe, era a única irmã dela. Chamava-se Rosa, e tinha uma filha mais velha, chamada Irene. Irene era minha madrinha, tinha feito curso de professora numa outra cidade perto, Cajazeiras. Perdeu o pai muito jovem. Essa minha tia tinha 32 anos quando perdeu o marido, e também tinha oito filhos, inclusive essa menina que minha tia criou, que também era negra. Então, essa minha tia foi para uma outra cidade onde tinha colégio e essa minha prima, Irene, era quem sustentava a família. Minha tia era costureira, costurava muito bem, mas também tinha uma dificuldade muito grande para manter uma família de oito pessoas. Mas essa minha tia e minha prima foram muito generosas, me levaram para a casa delas para eu poder estudar, fazer o exame de admissão e fazer o curso ginásial. Foi graças a elas que eu estudei. Meu pai disse: “Minha filha, você vai. Se chover, você fica; se não chover... Se tiver inverno, você fica; se não tiver inverno, você volta.”

*E como era o nome dessa cidadezinha?*

Era Patos, cidade de Patos.

*E você tinha contato com seus pais, seus irmãos? Era perto?*

Hoje a gente vê que é perto, mas naquele período era longe: ou de caminhão, ou de trem. Não era uma situação fácil. Eu os via nas férias, no meio e no final do ano. Me lembro que quando eu ia, meu pai dizia: “Quando você voltar no meio do ano, se tiver inverno você volta. Se não, você fica.” Eu me lembro a preocupação que eu tinha. Eu rezava para que chovesse, pela necessidade que eu tinha de continuar estudando. E a minha situação na família era uma situação desconfortável, porque eu via que minha tia já tinha dificuldade de manter alimentados os filhos. Via o sacrifício da minha prima, o

sacrifício da minha tia. E eu era mais uma boca na casa. Eu percebia que eu pesava, era adolescente, com 12, 13 anos. Mas aí, consegui. Terminou havendo inverno naquele ano. Minha tia continuou na casa dela, eu fiz o exame de admissão, e o ginásio. Quando terminei o ginásio, entendi que minhas irmãs mais novas não teriam condições sequer de chegar aonde eu tinha chegado. Aí resolvi trabalhar e estudar para poder trazer minha mãe e minhas irmãs menores, para elas poderem fazer o exame de admissão e, pelo menos, terem o curso ginásial. Eu trabalhava durante o dia e estudava à noite.

*E trabalhava em quê?*

Em tanta coisa... Trabalhei em uma loja de secos e molhados, como se diz, que era de um parente meu, um primo meu. Foi meu primeiro emprego. Eu era caixa dessa loja, e me lembro que enquanto não vinha freguês para atender, eu ficava lendo, estudando e meu primo não gostava. Não gostava porque... enfim, não sei. Então meu primeiro emprego foi também difícil, porque eu trabalhava e tinha vontade de estudar. Fiquei um tempo com esse primo meu e depois uma amiga minha, freira, irmã de caridade, conseguiu um trabalho para mim na própria escola onde ela trabalhava. Ela dirigia essa escola e eu fui lecionar nessa escolazinha. Fazia de tudo. Canto orfeônico. Enfim, trabalhava em várias coisas naquela escola. E foi um meio que tive para ajudar a manter minha família e estudar à noite. Eu fazia o curso colegial à noite, o curso científico de três anos. Eu trabalhava durante o dia e estudava à noite em um colégio estadual.

*E você conseguiu trazer sua mãe e que suas irmãs estudassem?*

Consegui. Meu pai ficou, porque ainda tinha a roça em que ele plantava o algodão, o milho, o feijão e, no final do ano, ele conseguia vender o algodão que era o que dava para a gente comprar as outras coisas. Ou seja, roupa, alguma coisa, que era aquilo que meu pai conseguia. No ano de colheita, ele vendia o algodão que era o principal. O milho e o feijão não valiam tanto. Mas o algodão, naquele tempo, era importante para a economia do país e terminava rendendo alguma coisa com que meu pai, no final do ano, cobria as necessidades de roupas, calçados, etc.

*Quer dizer que a família ficou mais ou menos assim: uns ficaram em Uiraúna...*

Só meu pai.

*E todos os outros foram para Patos?*

Os homens já tinham ficado meio espalhados pelo país por causa das secas. Quer dizer, quando meu pai migrava, meus irmãos mais velhos ou conseguiam um empregozinho ou se casavam. Enfim, a família se desagregou. Quem ficava mesmo junto, eram as quatro mulheres. Éramos cinco, mas uma morreu criança. Quem acompanhava nossos pais éramos nós mulheres.

*E você era a mais velha das mulheres?*

Eu era a mais velha das mulheres.

*Então essas todas ficaram em Patos com você?*

Em Patos, não. Em Campina Grande, porque aí a gente já se transferiu. Essa tia minha se transferiu para Campina Grande, onde eu terminei o curso ginásial.

*Por que você resolveu fazer científico?*

Porque eu ia fazer medicina, tinha como projeto fazer medicina. Eu e uma prima minha, da mesma idade. Nós estudamos sempre juntas desde o curso primário até o ginásial, o exame de admissão. E nós tínhamos, as duas, o projeto de fazer medicina. Mas quando terminei o curso colegial, aí não havia mais condição, porque tinha que ir para a capital para fazer medicina e eu tinha um compromisso de família. Minha família veio, minhas irmãs estavam estudando e eu tive que fazer a opção. Porque fazer medicina era não ter condição de assegurar a sobrevivência da minha família, e minhas irmãs ainda eram estudantes.

*Você tinha que trabalhar.*

É. Eu interrompi meus estudos por nove anos. Entre o curso colegial e o vestibular, a faculdade, eu suspendi por nove anos. E nesse período, eu queria fazer medicina. Minha prima foi fazer medicina, porque minha tia se transferiu para João Pessoa. Eu parei os estudos e fiquei só trabalhando. Mas aí veio a militância, um trabalho muito ligado à Igreja.

*Sua família era católica?*

Era, mas não de prática religiosa. Minha família nunca foi uma família, assim, de prática religiosa, nós tínhamos muita liberdade, não havia nenhuma obrigação de ir à igreja, de fazer isso ou aquilo. Claro que a cultura dominante nos levava à igreja: o filho era batizado, fazia primeira comunhão, essa coisa toda. Mas minha família foi muito liberada do ponto de vista religioso. Quer dizer, não nos obrigava. A não ser a ética religiosa, a moral religiosa, os valores religiosos. Isso como valores de vida, de comportamento, mas não como prática religiosa. Mas o que foi forte para mim, na minha formação, foi minha militância na Ação Católica. Como adolescente, frequentei a JEC – Juventude Estudantil Católica – e ali foi o forte da minha formação.

*Você entrou na JEC em que ano?*

Eu tinha uns 12 anos.

*Então você não estava nem no colegial? Antes do colegial, você já era da JEC.*

Estava no curso ginásial.

*E esse colégio ginásial que você fez era público ou particular, católico?*

Era um colégio particular. O colegial eu fiz num colégio público. Mas o ginásio, fiz metade dele em Patos, que era um colégio de freiras, e a outra metade fiz num colégio particular, com bolsa – minha prima conseguia bolsa. Fiz os dois últimos anos ginásiais neste colégio particular, que era o Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande. O dono do colégio era uma pessoa extraordinária e eles me deram bolsa.

*E esse não era religioso?*



Não, era um colégio leigo. Já no colegial fiz no colégio estadual de Campina Grande, à noite. Eu trabalhava de dia e estudava à noite.

*E o que fez você ingressar na JEC? Como foi esse primeiro contato?*

Foi no ginásio, através dessa minha prima. Embora freqüentássemos um colégio leigo, particular, o movimento estudantil católico, a JEC, agregava a juventude de todos os colégios, e não só o pessoal dos colégios católicos. Era uma religiosa, das Damas, que era uma congregação... Havia uma religiosa desse colégio que coordenava a Juventude Estudantil Católica e veio muita influência daí. Eu estudava em colégio particular e freqüentava o movimento que era orientado pelas freiras.

*E você tinha mais ou menos que idade, quando começou a ter esse relacionamento com a JEC?*

Era mais ou menos isso, 13 anos, 14 anos.

*E como era essa militância? Era uma coisa importante, você já mencionou.*

Era. Ela formava a consciência social, formava a consciência de justiça, dava a dimensão do Evangelho encarnado, na defesa da justiça, dos direitos. A raiz da minha formação social e política é aí.

*A gente não vai ter tempo de entrar muito na sua militância política, mas fiquei curiosa com uma coisa: normalmente, a trajetória das pessoas da JEC terminava na AP, Ação Popular. Você também militou na AP?*

Não, não militei. Porque aí fui sendo levada para outra linha. Militava na Juventude Estudantil Católica, tinha um trabalho de Igreja, de militância de Igreja e, quando veio o momento da resistência, o momento da ditadura, nós fomos levados para um trabalho que nos dividiu. Houve os que foram para a militância claramente política, era a AP; e os outros, que ficamos num trabalho ligado à Igreja, ligado ao trabalho rural, no campo etc., mas sem o engajamento partidário político, no sentido mais explícito da adesão política. Isso eu só vim a ter a partir de 1968. Aí tive um engajamento, não partidário, mas na luta pela resistência à ditadura militar e, inclusive, sofri perseguição e foi por isso que vim para São Paulo.

*Quer dizer, você nunca foi de uma dessas organizações de esquerda?*

Não. Eu tinha um vínculo com eles, ajudava a fazer certos contatos, a conseguir meios para manter os companheiros na militância. Mas não tive um engajamento pessoal na militância clandestina de esquerda.

*Mas você participou dessa discussão da AP? Porque era um caminho natural do pessoal da Igreja que militava e que tinha um trabalho.*

Mas isso era a partir da JUC (Juventude Universitária Católica).

*Pois é. Mas interrompeu seus estudos?*

Interrompi. Fiz o ginásio, e tive minha militância de Juventude Estudantil Católica ali. Quando entrei no curso colegial, já trabalhava durante o dia, estudava à noite, tinha uma dedicação mais ligada ao meu trabalho e ao meu estudo: não tive um engajamento maior. E, quando chegou o período de eu militar ou de me engajar numa luta política via universidade, eu interrompi por nove anos minha atuação.

*Agora, no momento do golpe, você estava na universidade?*

Estava na universidade.

*Você não estava engajada, mas fazia parte da esquerda católica?*

Sim.

*A Igreja estava muito dividida naquele momento. Você se identificava com o lado da Igreja que combateu o golpe?*

Sim, mas não sei se isso era muito consciente. Nós estávamos engajados na luta contra a ditadura. Enfim, pelo menos para mim, naquele momento, não era um engajamento, não era uma coisa muito clara do ponto de vista político, de estar me engajando numa luta política organizada num partido, num movimento...

*Mas você lembra se o golpe de 1964 teve alguma importância na sua vida? Foi um marco na sua vida?*

Foi, porque nós tínhamos um engajamento. Por exemplo, nós fazíamos um trabalho de alfabetização de adultos no ciclo de cultura do Paulo Freire. Nossos livros tiveram que ser escondidos, os retroprojetores que usávamos nas aulas de alfabetização de adultos tiveram que ser enterrados...

*Você então era do Movimento de Cultura Popular?*

Era.

*Pois é, uma das coisas importantes para uma não adesão à AP foi uma posição contrária à luta armada. Foi o seu caso?*

Não. Isso não estava muito presente para mim. Eu acho que não houve uma situação assim. Talvez eu até tivesse aderido à AP naquela ocasião. Não foi uma coisa muito intencional, “vou ou não vou?” As circunstâncias que me envolveram naquele momento não me chamavam para aquele tipo de engajamento.

*Em 1958, você foi diretora de Educação e Cultura da prefeitura de Campina Grande. E nos parece que foi nesse período que você começou a trabalhar no SANDU. Ou seja, uma experiência importante na área da saúde e uma experiência que lhe daria contatos políticos. Nós gostaríamos que você falasse um pouquinho sobre isso.*

Mas veja, essa minha ligação com a educação no município foi decorrência de um trabalho mais administrativo do que propriamente... Foi através de uma religiosa, a irmã Porto, muito amiga minha. Era uma irmã de caridade que conseguiu trabalho para mim na prefeitura. Eu me destaquei naquele trabalho e cheguei ao ponto de assumir essa

diretoria no afastamento do secretário. Por um período, eu cheguei a assumir a Secretaria.

*Então você chegou a ser Secretária Municipal de Educação e Cultura?*

É, por um período muito curto.

*Você era muito nova, não? Tinha 24 anos.*

Era. Então comecei a ter uma experiência de trabalho social. Depois passei a um programa de assistência social num departamento do estado, fruto dessa busca de emprego, de trabalho, na luta pela sobrevivência. Fui me engajando em programas, em órgãos públicos em busca de assistência social. Mas aí eu não tinha serviço social ainda.

*E aí você foi para o SANDU também?*

É. Aí que fui contratada para trabalhar, mas não na área de saúde, na área administrativa. Não era assistência social ainda. Depois dos nove anos, minhas irmãs já estavam cursando faculdade, foi aí que eu tive condição de estudar. Minha família já tinha adquirido outra condição para eu poder fazer o curso superior.

*E por que essa opção pela assistência social se seu desejo era ser médica?*

Primeiro, os nove anos já tinham me tirado as condições para fazer medicina. E eu já estava envolvida em outros interesses, que era o trabalho com o povo, com os camponeses. Depois do golpe, do massacre das Ligas Camponesas, houve um rescaldo e a Igreja assumiu esse trabalho junto às vítimas desse massacre. Fez um esforço de reorganização deles, um esforço de retomada da luta pela terra por parte dos camponeses. E ali foi um momento crítico, porque eles estavam acuados e com muito medo do que haviam sofrido, do massacre das Ligas Camponesas. Foi na condição de fazer um trabalho de Igreja que a gente conseguiu chegar a eles, e eles confiaram na gente para retomar o processo de organização deles, de apoio a eles. De retomada da luta. E foi aí que houve um comprometimento político meu com os órgãos de segurança, pelo meu trabalho no campo, com os camponeses – não eram as Ligas Camponesas, já havia tido o massacre, era um outro momento, mas com os camponeses vítimas, inclusive, do massacre das Ligas.

*Aí já no pós-1964. Mas você entra na faculdade antes disso.*

Não.

*Não? Então estou com um erro aqui, porque nossos dados são de que você se formou em 1966.*

É... Então foi antes mesmo. Mas já estava em grande efervescência.

[FINAL DA FITA 1-A]

*Houve uma espécie de convergência no que diz respeito à sua militância católica na JEC, primeiro, e sua experiência profissional nesse interstício de tempo. Quer dizer,*

*você trabalhando na prefeitura de Campina Grande, trabalhando no SANDU, mas na área social. Houve uma espécie de conjunção que a levou a escolher o Serviço Social?*

Com certeza. E eu fui, inclusive, uma das pessoas que viabilizaram a criação de uma faculdade de serviço social em Campina Grande. Eu, com essa freira que era minha amiga, e com o secretário de Educação na época, com o qual eu trabalhava, Edvaldo do Ó, que já faleceu, inclusive. Nós três vimos que Campina Grande já comportava uma faculdade de serviço social. Nós já vínhamos com aquele trabalho social, de assistência etc. e víamos que Campina Grande já comportava uma faculdade de serviço social. E aí começamos a trabalhar na criação da faculdade. Eu fui uma das que – eu, irmã Porto e Edvaldo do Ó – viabilizaram os meios, as condições, os procedimentos para a criação da faculdade, que hoje é uma faculdade ligada à faculdade regional de Campina Grande.

*E você fez seu curso onde?*

Em Campina Grande, nessa faculdade.

*Nessa faculdade que você ajudou a criar?*

É, exatamente. No primeiro vestibular, eu passei. Quer dizer, eu fiz o meu vestibular na faculdade que criei. Fiquei nessa faculdade dois anos e fui transferida para João Pessoa, para trabalhar no SANDU. Aliás, não; o SANDU ainda foi em Campina Grande. Mas aí veio um convite para eu trabalhar na superintendência estadual do SANDU, que era na capital. Então, fiz dois anos de serviço social em Campina Grande, recebi um convite e fui transferida de um órgão do SANDU para a superintendência do SANDU, que era na capital. Fui trabalhar em João Pessoa e me transferi da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande para a Faculdade de Serviço Social de João Pessoa, onde concluí meu curso de serviço social.

*E como vocês fizeram para montar a faculdade de Serviço Social em Campina Grande? Quem era os professores? Vocês convidaram pessoas de fora? Como foi a organização dessa escola?*

Em Campina Grande havia quadros, porque já tinha a Universidade Federal da Paraíba. E nos referenciamos na Faculdade de Serviço Social do Ceará, porque lá eram as irmãs dessa mesma congregação que tinham a faculdade em Fortaleza. Fomos lá para podermos nos orientar sobre como atuar junto ao Ministério da Educação, para fazer um projeto de criação de uma faculdade. Agora, os professores eram mesmo de Campina Grande, da Universidade Federal da Paraíba.

*E essa faculdade foi criada dentro da universidade federal?*

Não, fora. Ela pertencia a essa congregação das irmãs.

*Quer dizer, já existia uma faculdade de serviço social em João Pessoa?*

Já, em João Pessoa já existia; era mais antiga e nem pertencia à Federal: era agregada à Federal. Pertencia às irmãs... aquelas do Bom Pastor – eu fiz estágio lá no Bom Pastor... Essas irmãs são bem conhecidas. São educadoras e muito ligadas aos cursos de serviço social. Irmã Maria Franklin, que era uma figura importante do Serviço Social nessa época, e era dessa congregação.

*Também tinha uma Escola de Serviço Social em Recife, não tinha?*

Tinha.

*Mas a de Recife era ligada à universidade federal. Por que vocês foram pegar a referência em Fortaleza?*

Exatamente por causa dessa congregação.

*Porque eram católicas.*

Não só por isso, mas porque essa irmã que estava junto com a gente para viabilizar esse projeto tinha mais proximidade, tinha mais condição de acesso a uma faculdade da sua congregação em outro estado.

*O projeto da assistência social, inclusive de montagem de escolas, tem um vínculo grande com a Igreja Católica, com ordens religiosas, principalmente de freiras.*

Tem. A primeira escola assim foi a de São Paulo.

*Então esse vínculo é mesmo forte e isso me parece, pelo seu depoimento, que é muito presente no caso da Paraíba.*

É, tem muito a ver.

*É verdade no caso do Ceará e você está falando isso para a Paraíba também. Quer dizer, a Igreja tem esse trabalho de assistência social e montou, inclusive, as escolas para a formação de quadros.*

Exato.

*E como é que foi a sua experiência de aluna de curso de serviço social? Quais professores foram importantes para você, que influências teóricas você sofreu...*

Eram quadros muito preparados, o que tinha de melhor. Demerval Trigueiro era um deles. Tinham figuras desse porte. Não me lembro de todos. Milton... – não me lembro o sobrenome deles. Eram intelectuais de altíssimo nível que lecionavam nessas faculdades e, de fato, era uma contribuição intelectual importantíssima nessa época. Agora, havia um conflito. Nós já estávamos com um engajamento na ação social concreta, com o povo. E nós estávamos estudando muito fora da faculdade. Estudávamos mais fora do que na faculdade.

*Tinha os grupos de estudo, não é isso?*

Isso. No final de semana, a gente se isolava e procurava as fontes mais autorizadas do ponto de vista de livros, de documentos, de contribuições teóricas e quando chegava na faculdade havia um fosso. Isso, além da sensibilidade que se tinha adquirido das questões sociais, do problema do povo, e aí a questão política estava posta com muita força. E aí houve um conflito porque a gente às vezes sabia mais do que alguns dos professores. Sabia mais no sentido das questões que estavam postas na realidade, ali,

naquele momento. Então, eram tensas as relações dentro das faculdades, em Campina Grande e em João Pessoa, particularmente em João Pessoa. Havia esse conflito entre uma geração que estava crescendo a partir de outras referências, de outros compromissos, de outra visão de mundo, de sociedade, e com um curso, no caso de João Pessoa, que era mais antigo, com uma marca religiosa muito forte. Enfim, havia um conflito e uma tensão permanente. Lembro-me de um caso, me parece que foi em Campina Grande. O Serviço Social tem uma marca feminina muito forte, é predominantemente constituído de mulheres. E tinha um rapaz que queria fazer o curso de serviço social. Aquilo foi motivo de um grande conflito, porque nós éramos favoráveis e na faculdade, aí no caso em Campina Grande, as religiosas resistiam à entrada dele. Eram questões que iam abrindo a nossa consciência e iam nos colocando um outro quadro de realidade, na qual nós estávamos inseridas e que estávamos nos propondo a mudar.

*Quer dizer que as estudantes eram todas mulheres?*

Predominantemente... eram todas mulheres.

*E havia faixa etária diferenciada?*

Não, éramos todas jovens.

*Quer dizer, você já tinha quase 30 anos quando entrou na faculdade.*

É. Eu devia ser uma das mais velhas.

*Mas não tinha muita diferença? Você, digamos, não estava desenturmada das outras?*

Não. As outras tinham 25, 27 anos. Mas agora eu percebo que eu era diferenciada porque era uma pessoa que amadureceu muito cedo. Não fui uma pessoa que viveu a adolescência, que tive momentos assim... não tive. Quer dizer, já vim adulta, tendo consciência e participando da realidade mais dura. Então, a diferença era essa. Eu era uma pessoa adulta com vinte e poucos anos.

*E você trabalhava também.*

Trabalhava.

*E você mencionou há pouco, com relação aos grupos de estudos, que liam e que as influências vindas das leituras entravam em choque com as da faculdade. O que vocês liam?*

Líamos Marx, Engels, Hegel.

*Literatura marxista?*

É.

*E esses grupos de estudos, eram colegas de sala ou da militância junto aos camponeses?*

Eram os da militância. Alguns, colegas de classe, da faculdade. Já era um movimento mais amplo dentro da universidade. Eram de vários cursos e a gente se encontrava para estudar, para refletir a ação política.

*E você era uma boa aluna na sala de aula?*

Era. Sempre fui uma das melhores porque muito cedo tive consciência do privilégio que era estudar. Meus irmãos mais velhos não estudaram, a não ser no grupo escolar. E a maioria dos meus primos, das minhas primas, dos meus vizinhos, meus amigos, não estudou. E depois, eu vi o sacrifício que meu pai fez, vi o sacrifício de minha prima, de minha tia para que eu tivesse acesso ao conhecimento. Então, para mim era um privilégio muito grande. Lembro-me que o primeiro namorado que tive foi um drama, porque minha prima e minha tia achavam que aquilo ia prejudicar os meus estudos. E aquilo foi tão forte para mim, quer dizer, a oportunidade de estudar era algo tão especial, tão extraordinário que eu não poderia me permitir, por conta de um namoro, eu adolescente, prejudicar os estudos. Tudo foi sempre muito marcado por uma exigência muito além da minha idade. Lembro-me que, mesmo na minha cidadezinha, naquelas festas da paróquia, naquelas festas de ordem social, eu era muito garota mas já assumia responsabilidades de pessoa adulta. Todos me viam muito como adulta, responsável, mesmo sendo muito jovem. Então, minha trajetória foi muito marcada por uma condição pessoal que me colocava num patamar de maturidade, de responsabilidade sempre acima da minha idade.

*E essa faculdade em Campina Grande era paga?*

A de Campina Grande era.

*Então você trabalhava inclusive para pagar a faculdade?*

Sim. Mas era simbólico, não era algo oneroso não.

*A formação sua em serviço social foi importante no sentido de mudar a sua prática de vida?*

Sim. A minha opção por serviço social foi fruto da minha consciência social. Não foi um substitutivo à medicina. Se eu tivesse condições, naquela altura, de fazer medicina, eu não faria medicina, eu faria serviço social. Porque eu tinha consciência de que era um instrumento mais adequado para os projetos que eu começava a ter como militância e como resposta àquela realidade social que eu vivia. Eu me lembro de uma das últimas secas, não me lembro precisamente... Eu já trabalhava no órgão social do estado. Lembro-me que nós fomos – inclusive o governador Américo de Almeida –, percorrer o interior da região de seca. Ele levava uma mala de dinheiro para distribuir para os flagelados da seca no interior. E me lembro que eu, funcionária desse órgão de assistência social, acompanhei a comitiva do governador com outras pessoas para atender aos flagelados da seca, lá no interior. Essas coisas todas me impactaram muito. Eu não era assistente social ainda. Era uma jovem, com curso colegial, que estava trabalhando nesse órgão de assistência social e vivendo o drama da seca num outro momento, quando eu não era mais a vítima direta da seca, mas eram os outros, nas mesmas condições que eu vivi com minha família, vivendo aquele drama. E eu já com uma função pública, junto com outros companheiros e outras companheiras, assistindo junto com o governador. Fiz parte da comitiva do governador, na qual ele ia distribuir

dinheiro para o povo miserável vítima da seca. Tudo isso me colocou na alma o sentido de que se tinha que fazer alguma coisa, que eu tinha responsabilidade de fazer alguma coisa para mudar aquela realidade.

*O que você acreditava e esperava que o Serviço Social pudesse te oferecer nesse sentido?*

Uma ferramenta. Ia me dar elementos de compreensão da realidade, instrumentos técnicos para intervir nessa realidade. E depois, quando fiz ciências sociais, não foi para substituir o serviço social, mas para complementar meus conhecimentos, para poder fazer melhor a prática. Então, tenho absoluta consciência de que o serviço social para mim foi uma opção, uma opção muito conseqüente e muito coerente com o sentimento que eu tinha naquele momento, com a visão de mundo e o compromisso que eu tinha com essa realidade. O serviço social para mim foi isso.

*E você tentou estender isso para outras pessoas, tanto que você cria uma escola de serviço social.*

É.

*Para a realidade de Campina Grande, seria importante ter pessoas formadas. O fato de você ter criado a escola e ter sido aluna dava algum tipo de privilégio em relação à diretoria, aos professores? Você era vista como uma aluna como outra qualquer?*

Era, sem nenhum problema. E eu fiquei apenas dois anos. Fiz vestibular e fiz mais dois anos. Depois fui para João Pessoa.

*Você mencionou que fez Ciências Sociais. Foi já no mestrado, feito em São Paulo em 1970?*

Não, em 1968/69. Em 1970, eu voltei para a Paraíba.

*Em 1970, você voltou para a Paraíba?*

Sim. Eu defendi tese no final de 1969. Tinha bolsa da fundação de Pernambuco... Bom, mas então tive bolsa daquele órgão que dava bolsa...

*Capes? CNPq?*

Capes. Fui fazer Ciências Sociais com bolsa da Capes, através de uma fundação do Recife.

*Bem, aí você foi para São Paulo. Por que você escolheu São Paulo? Como foi isso?*

Porque eu tinha parentes em São Paulo. Tinha primas minhas e uma amiga que me deu condições. Lembro-me que fui em 1967 passar umas férias lá. Eu já estava tendo dificuldades políticas na Paraíba, já estava sofrendo perseguições, lá havia uma situação meio insustentável. Aí, fui de férias, no meio do ano, para São Paulo, quando eu estava trabalhando no SANDU, em João Pessoa. Aí participei de um concurso que se deu naquele período de férias – pedi para essa amiga minha fazer a inscrição. Fui, fiz o concurso para assistente social e voltei para a Paraíba.



*Você faz o concurso em São Paulo para trabalhar como assistente social?*

Sim, para trabalhar como assistente social no INPS. E passei, fui bem classificada. Porque eu já imaginava que a minha situação na Paraíba era insustentável. Aí vim e fiz o curso de pós-graduação em Ciências Sociais na Sociologia Política de São Paulo. E ali fiquei. Estudei dois anos, defendi tese inclusive sobre minha experiência de assistente social na comunidade lá de João Pessoa: uma comunidade tipo favela. Era de um outro tipo, mas era uma condição de vida semelhante à favela. Então, fiz minha tese com o compromisso da Universidade Federal da Paraíba de me aproveitar, porque eu era a primeira mestrandia em Ciências Sociais da Paraíba. Havia um interesse da Universidade Federal da Paraíba por essa possibilidade de eu vir integrar os quadros da universidade. Isso no final de 1969, início de 1970. E aí, freqüentei as reuniões de Departamento de Ciências Sociais, apresentei programa, participei de todo o planejamento do ano seguinte. Lembro-me que deveria assumir a cadeira de Ciências Sociais numa segunda-feira e na sexta-feira recebi o recado da chefe do departamento de que eu havia sido barrada pelos órgãos de segurança junto à reitoria. Era para não me contratarem, porque eles me viam como elemento perigoso etc. etc.

*Você ia dar aula na Universidade Federal da Paraíba. Ia trabalhar na Escola de Serviço Social?*

Não necessariamente. A Escola de Serviço Social não pertencia ainda à universidade.

*Então você ia dar aula nos cursos de Ciências Sociais mesmo?*

Sim.

*Logo depois que se forma, você teve experiência como professora na área de Serviço Social?*

Tive sim, como monitora, como auxiliar. Mesmo como estudante, eu já trabalhava junto a algumas cadeiras no curso de serviço social lá em João Pessoa.

*Sei. Mas você não chegou a entrar para a universidade?*

Não.

*Por conta de problemas políticos.*

O problema aí era que a Faculdade de Serviço Social ainda não era da universidade, ainda era uma escola de uma congregação religiosa que não pertencia à universidade. Portanto, eu, como auxiliar de ensino, como monitora, ajudei em algumas cadeiras lá, ainda como estudante. Quando fiz ciências sociais, era para lecionar nos cursos da universidade. E aí fui impedida pelos órgãos de segurança.

*E, sendo impedida, você faz o quê? Você ficou na Paraíba?*

Fiquei um ano, trabalhando ainda no INPS e militando como assistente social. Militava nos movimentos de mulheres, no trabalho com o trabalhador rural.

*Você continuou seu trabalho no campo também?*

Continuei. E foi isso que me colocou diante dos órgãos de segurança como uma ameaça. Eu, como assistente social, tinha vínculo com comunidades urbanas pobres e com comunidades rurais pelo trabalho de Igreja que eu fazia. Era a época do José Maria Pires, o dom Pelé, que também era uma pessoa muito engajada, muito comprometida. E isso era visto como algo subversivo.

*E dom Pelé era, nessa época, o quê?*

Era o arcebispo da Paraíba.

*E era uma pessoa super engajada, não?*

Era. Ele chegou na Paraíba em 1966. Foi o patrono da minha e de muitas turmas da universidade. E fui a paraninfa das turmas, na época em que ele foi o patrono das turmas gerais da universidade.

*E você tinha contato com dom Helder?*

Tinha porque lecionei também numa fundação lá de Recife, numa escola de enfermagem. Lecionei nessa faculdade durante um período. E essa faculdade funcionava na igreja em que dom Helder morava nos fundos.

*A Igreja das Fronteiras.*

Isso. Eu tinha muito contato com ele.

*Mas isso foi quando? Foi nessa época ou foi depois?*

Não, isso foi antes. Esse meu trabalho no curso de enfermagem foi antes desse meu comprometimento político e dessa proibição de lecionar.

*Aí você ficou um ano na Paraíba.*

Fiquei um ano, que foi muito difícil: o cerco foi se fechando. Lembro-me que estava uma vez num encontro de empregadas domésticas, uma espécie de seminário, e fiz uma palestra. Lá no fundo da sala, tinha um rapaz. Depois que terminei minha fala e estava saindo, ele me abordou. Era o irmão de uma amiga minha, uma vizinha, que estudara comigo no colégio estadual de Campina Grande, e como o colégio ficava muito afastado do lugar onde morávamos, o pai dele era quem levava a mim e a irmã dele e, às vezes, ele ia também nos levar e nos trazer do colégio. Sobretudo trazer, porque terminava tarde; eram aulas noturnas. O colégio era muito distante de onde a gente morava, e eles eram meus vizinhos. Esse rapaz já era um homem do serviço de segurança. Ele veio me abordar, muito sem jeito. Ele se identificou, dizendo: “Olha, sou fulano de tal, irmão da Edna, vizinha de vocês, e estou no serviço de segurança, de informações...” Ele estava ali com a tarefa de ouvir e levar o que eu estava falando.

*Quer dizer, disse para você que você tomasse cuidado.*

Não, mas disse que estava ali para me vigiar. Teve essa solidariedade comigo, porque lembrou desses vínculos. Lembrou não, ele já sabia, eu é que não sabia, não o reconheci. Mas ele veio, “olha, sou fulano de tal, irmão da Edna...”

*Alertou você?*

Alertou, e ficou sobretudo constrangido. Quando ficou insuportável, eu vi que... Bem, meus amigos começaram a desaparecer, começaram a ser mortos, começaram a ser presos, a se exilar. Então eu via que o cerco estava se fechando. E tinha essa minha amiga, essa freira, a irmã Porto. Ela tinha um irmão que era general e que pertencia ao comando do Exército lá em Pernambuco. Ele falou para ela que havia um processo contra mim no comando, que era muito sério e que era melhor eu sair da Paraíba, que eu estava correndo risco. E aí eu saí, vim embora para São Paulo. Mas vim muito contrariada.

*Você veio embora para São Paulo quando?*

Em 1971, em 28 de janeiro de 1971.

*Uma data marcante na sua vida.*

Foi. Vim chorando, peguei um ônibus lá em Recife, porque essa minha amiga, a irmã Porto, morava em Recife e foi me levar na rodoviária. Eu chorava, desesperada.

*Você veio de ônibus?*

É, Viação São Geraldo. Tinha a sensação de que estava mal comigo mesmo, tinha a sensação de ter deixado a luta para trás. Mas, chegando em São Paulo, fiz um outro concurso. Aí, me transferi, pedi transferência como administrativa do INPS para trabalhar em São Paulo. E esse meu amigo, ele era superintendente – Almir Galdense – do INPS e conseguiu minha transferência para São Paulo. Eu fui trabalhar. Já tinha feito o concurso de assistente social, estava bem classificada, então era certo o meu aproveitamento como assistente social do INPS. Só que eles me colocaram num órgão de contabilidade, para fazer cálculos custo-benefício, embora eu estivesse bem classificada no concurso. Deve ter sido por limitações políticas, o fato de eles não terem me aproveitado como assistente social. E me lembro que me obrigavam a fazer cálculos, a fazer horas extras fazendo cálculos de serviços. Era uma agonia!

São Paulo fazia muito mais frio do que faz hoje e eu não tinha roupa adequada. Eu tinha horror daquela cidade. Era uma violência, uma violência em todos os sentidos: o trânsito, aquela invasão de informações... Embora eu já conhecesse Recife, era outra coisa. E eu não estava disposta a viver ali. Aí fiz o concurso para a prefeitura de São Paulo. Como o INPS não me aproveitava como assistente social, embora eu estivesse bem classificada, fiz outro concurso, obtive também uma boa classificação e a prefeitura me nomeou como assistente social concursada. Fui trabalhar nas favelas e aí foi fantástico, porque fui trabalhar com aquela população, com o povo que vinha do campo. Já tinha havido uma intervenção da Sudene, substituindo a agricultura por pecuária, e então os camponeses já estavam migrando para os grandes centros. Grandes levas de pessoas começaram a migrar para os grandes centros urbanos, principalmente para São Paulo, e eu fui trabalhar nas favelas. Não eram exatamente as mesmas pessoas, mas era o público com quem eu trabalhei na luta pela terra no campo. Quando cheguei, encontrei o mesmo povo lutando por um pedaço de chão para morar. Então, era tudo a

mesma luta. Percebi que era a mesma luta: a luta pela terra no campo e a luta pela terra na cidade. Era a mesma luta.

*Isso começou a ser gratificante para você?*

Sim. Entendi que tinha um sentido naquela minha chegada em São Paulo. Então, não houve uma ruptura, era uma continuidade num outro espaço, num outro contexto. E aí veio todo o nosso trabalho de organização desse povo para garantir o direito a morar, enfrentando polícia, enfrentando processos administrativos. Porque aí estavam os prefeitos biônicos, os secretários de prefeitos biônicos que nos identificavam. E aí começou a perseguição lá.

*Mas quando você diz “nós”, você estava ligada a quem?*

Eram assistentes sociais, pedagogos, sociólogos, economistas. Porque também já era um momento de efervescência, de resistência. E a resistência era no meio sindical, mas também no meio da luta contra a carestia... De todas essas lutas.

*Você chegou a se filiar ao MDB?*

Não. O único partido ao qual eu me filiei, o primeiro partido, foi o PT, que ajudei a fundar.

*Mas você participava dos movimentos sociais, do movimento contra a carestia, de associações de moradores...*

É, do movimento de favelas. E aí veio nossa decisão de rearticular a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo, a APASSP. Estava desativa há uns sete anos, por conta, inclusive, da repressão política. Os companheiros que militavam na associação sofreram perseguições, a associação praticamente fechou e nós a reativamos.

*E quem foi o grupo que a reativou? Você lembra de algumas pessoas?*

Lembro-me que era um pessoal que tinha saído da PUC, recém-formado. Eu já tinha bastante idade, já era formada há muito tempo, mas eles me procuraram para dar condições de representatividade junto à categoria na reativação da APASSP. Então, eram jovens. Era a Shana, a Socorro que trabalhava no INAMPS, tinha um grupo grande de pessoas... A Celinha... Enfim, eram jovens que estavam saindo do curso de serviço social da PUC e que tinham vínculos com, por exemplo, a Convergência Socialista, com grupos clandestinos e que, no Serviço Social, viam como instrumento reativar a associação. E eu estava junto com eles na APASSP.

[FINAL DA FITA 1-B]

*Na APASSP, porque era São Paulo.*

Então, nós fizemos uma assembléia, lembro-me que tinha umas 200 pessoas. Fizemos uma eleição, chapa única. Eu era cabeça da chapa e 200 pessoas votaram. Aí nós formalizamos a nova existência da APASSP. Isso foi em 1977. Reativamos a APASSP, e fiquei três anos como presidente, participando de todas as lutas de resistência. A greve

de 1978, o congresso brasileiro de 1979, a greve de 1979. Naquela greve geral dos servidores públicos do estado e do município, eu era do comando de greve. Eu dirigia a greve dos municipais e participei do comando geral dos servidores. Foi uma greve histórica, que teve uma importância política muito grande. Esse Congresso de 1979, o terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, tinha todo aquele caráter oficial, oficialismo dos órgãos de serviço social, do CRAS, na época era CRAS, CEFAS, órgãos do governo, e legitimava as políticas sociais públicas. Aí, três dias antes, nós reunimos representantes dos antigos sindicatos de serviço social do Rio – o pessoal do Rio não veio como sindicato, mas como pessoas porque o sindicato não queria participar –, do sindicato de Minas, que já estava começando a se reativar, e realizamos um encontro daquela vanguarda dos assistentes sociais. Então fizemos uma análise, uma avaliação do temário, da organização do Congresso, da forma em que ele estava estruturado e fomos para o Congresso depois desses três dias.

Foram três dias fundamentais para a gente avaliar a profissão, avaliar a nossa presença na luta do povo, na luta política. E fomos para o Congresso com esse acúmulo de reflexão e com esse embrião de uma organização nacional, porque lá tinha representantes de vários estados. E o Congresso gerou uma enorme insatisfação, a partir desse grupo e dos que vieram, mesmo sem ter participado desse encontro anterior. Eram pessoas que militavam em seus estados e viram que era um congresso para legitimar a ordem dominante da ditadura militar. Era a época do Figueiredo, o Murilo Macedo tinha cassado a diretoria do sindicato de São Bernardo. O Maluf era o governador, o prefeito era aquele biônico. E eles formavam a Comissão de Honra do Congresso. Era exatamente constituída pelos representantes da ditadura, em âmbito federal, estadual e municipal. Então, esse foi um dos motivos de tensão durante o Congresso. No segundo dia, a insatisfação com as intervenções, com as exposições, cresceu. Aí fizemos uma assembleia. Era o dia que o Congresso tinha programado uma visita às entidades sociais, Febem, e não sei mais o quê. E nós conseguimos chamar uma assembleia dentro do Congresso, na hora do almoço, quando os outros foram visitar as entidades sociais. No refeitório, com 500 congressistas, viramos o jogo do Congresso. Dissemos: “Vamos tomar a direção do Congresso.”

*E tomaram?*

Tomamos. E aí, na assembleia das duas horas da tarde, nós já denunciávamos o Congresso, não era um congresso nosso. Propusemos, e foi aprovado, que aquela Comissão de Honra fosse substituída por outra que nós escolhemos. Aí era o Lula, cassado, eram os representantes da luta pela anistia, eram os representantes da luta contra a carestia. Quer dizer, eram aqueles que estavam na luta de resistência pela anistia, resistindo à ditadura, o movimento sindical, os cassados etc. Tomamos a direção do Congresso. Isso foi no segundo dia. E aí o Congresso rolou, mas com tensão, porque os órgãos de segurança entraram no Congresso, cercearam a imprensa... Foi um inferno! Mas a gente dirigiu o Congresso, o que foi um marco.

*Esse congresso foi onde?*

Em 1979, em São Paulo.

*Mas em que lugar de São Paulo?*

No Anhembi.

*E quantas pessoas participaram?*

Mais de três mil pessoas. E nós fizemos um movimento a partir de 500 pessoas numa assembléia dentro do Congresso. Quando foi na assembléia da tarde, nós viramos o Congresso, e a primeira emoção foi a substituição da Comissão de Honra, tirando o Maluf, tirando o Figueiredo, tirando o Murilo Macedo... E pusemos o Lula, o pessoal que estava na luta pela anistia, na luta contra a carestia. E institucionalizamos que a Comissão de Honra era aquela e não a outra. Isso foi uma subversão, um ato subversivo inaceitável naquele período – embora a ditadura estivesse no seu estertor, ainda era muito forte. E os órgãos de segurança foram muito pesados porque nós já tínhamos sido perseguidos pela greve de 1979. A greve foi no início do ano, e esse Congresso, no final do ano. Então, nós já havíamos nos rebelado na greve dos servidores contra o governo Maluf, contra o governo Reinaldo de Barros, que era o prefeito. Então, nós já tínhamos adquirido uma liderança e uma representatividade a partir daquela greve dos servidores. Aí, a Associação passou a ser uma força auxiliar dos trabalhadores do ABC no enfrentamento às suas greves. Na greve de 1978 estávamos juntos.

*A associação de assistentes sociais já vinha fazendo isso mesmo antes do Congresso?*

Mesmo antes do Congresso. Já éramos parte da luta de resistência. E uma coisa que nos marcou muito foi uma assembléia que houve no estádio de Vila Euclides, na greve de 1978, em que Lula – isso antes do Congresso – denunciou que a Volkswagen tinha contratado mil assistentes sociais para fazer o trabalho de aliciamento dos grevistas para voltarem ao trabalho. Ele denunciou numa assembléia de 200 mil trabalhadores, na Vila Euclides. Nós já estávamos na luta de resistência, construindo nossas representações, e aquilo foi uma bomba para nós, aquela minoria que estava na vanguarda por uma luta de mudança na nossa profissão, no movimento de reconceituação. Nós estávamos participando do CELASS, de todo aquele movimento latino americano de reconceituação do Serviço Social.

*O que era o CELASS?*

Centro Latino Americano de Serviço Social. Era um órgão latino americano de vanguarda no processo de reconceituação e teorização. Para o conselho que compunha a direção do CELASS, eram eleitos profissionais, assistentes sociais, nos países. E eu fui eleita uma das representantes da América Latina, como brasileira, no Centro Latino Americano, que era a referência teórica naquele momento.

*E onde era a sede?*

O CELASS é no Peru, em Lima.

*E quando você foi eleita representante?*

Foi nesse período aí de 1978. Deve ter no meu currículo.

*E quais eram as referências teóricas para o pessoal da assistência social? Quais eram os marcos?*

Eram as novas categorias teóricas, inspiradas nas Ciências Sociais, na nova Sociologia que também estava se reconceituando, na Psicologia. Enfim, as Ciências Sociais também passaram por essa reconceituação. E o Serviço Social, como tinha nestas ciências uma referência, também se influenciou nesse movimento de reconceituação das Ciências Sociais; o Serviço Social se reconceituou junto, mas com um corte político muito forte. Era uma revisão teórica, política, conceitual, inclusive axiológica, dos valores, da ética etc., exatamente nessa participação, na luta do povo, na luta sindical, na luta popular, na luta de resistência à ditadura. Então, era um movimento que nos sustentava, nos inspirava teoricamente na compreensão da realidade, naquele momento.

*Do ponto de vista de se pensar este movimento...*

Deixa eu só terminar aquela informação da denúncia do Lula. Aí nós nos sentimos como tendo que reparar aquilo lá. E nesse Congresso de 1979 – a greve foi em maio, se não me engano, e o Congresso se deu em setembro – nós fizemos o Congresso também muito ligado a esse fato que nos comprometeu muito diante dos trabalhadores. Como se nós fôssemos contra os trabalhadores, traidores dos trabalhadores, a serviço do grande capital etc. Então, no Congresso, aquele movimento de articulação política foi muito marcado também por esses fatos que estavam na conjuntura. E quando a gente convidou o Lula... Inclusive no meu livro, do qual você falou, tem o discurso do Lula no encerramento do Congresso. Porque ele foi com os outros, com a Comissão de Honra, para o encerramento do Congresso, e falou. E o discurso dele está nesse meu livro. Ali, ele disse que descobriu que há assistentes sociais e assistentes sociais, há assistentes sociais que estão com os patrões e assistentes sociais que estão com o povo, com os trabalhadores. Aquele Congresso foi um marco do Serviço Social no Brasil. E em um certo sentido, para a América Latina também.

*E nas escolas, por exemplo, na de São Paulo, à qual você se liga, essa divisão aparecia também?*

Eu me liguei antes do Congresso, antes da APASSP.

*Exatamente. Mas quero saber se essa divisão também era presente entre os professores, nos currículos. Tinha uma disputa? Você está falando do movimento sindical na organização da estrutura da categoria como tal. Mas nas escolas, isso também aparecia?*

Aparecia. Agora, as escolas não conseguiam acompanhar o movimento da categoria, pelo menos aquele segmento de vanguarda. E começou a haver uma luta ideológica dos assistentes sociais que tinham aquela posição não ideológica, não política, que tinham uma concepção de pretensa neutralidade na profissão, na técnica, no conhecimento teórico, científico. Eles viam esse engajamento, essa militância política nossa a partir da nossa profissão, como um desvio daquilo que é o projeto profissional, o papel do profissional. Então, começou uma tensão muito forte dentro da própria categoria. O Congresso demarcou os assistentes sociais que viam sempre o Serviço Social como algo neutro, a serviço do que as instituições pedissem, sem um engajamento ideológico político, de um outro seguimento que disse não: “Nossa prática não é neutra. Ou ela serve para a preservação da ordem, do *status quo* ou ela questiona a ordem e o *status quo* e se alia ao povo, na sua organização, na sua mobilização.”

E aí teve um marco. A greve foi no momento em que o Olavo Setúbal, prefeito de São Paulo, baixou um decreto atribuindo a nós, assistentes sociais, a função de intervir e

evitar a ocupação das áreas públicas na cidade, para deter o crescimento das favelas. Então, ia o assistente social, junto com o policial, levando uma ajuda para o aluguel de três meses, ou para a construção de um barraco, ou a compra de um terreno, sei lá. Alguém que tivesse um terreno, um parente que tivesse um terreno para ajudar a construir uma casa, ou então, dar passagem de volta para as pessoas que estavam chegando. Isso para coibir e cercear o crescimento de favelas na cidade. E aí nós nos rebelamos – nós da APASSP – contra esse decreto e dissemos que não íamos cumpri-lo. Isso em plena ditadura, o Olavo Setúbal era um prefeito biônico. Nós nos insurgimos através da APASSP e tivemos o apoio do sindicato dos psicólogos e de sindicatos de outras profissões. Aí, chamamos a população favelada para dizer: “Olha, esse decreto é para tirar vocês das áreas em que vocês estão, além de impedir que ocupem outras. Portanto nós estamos sendo ameaçados de demissão, de enquadramento na Lei de Segurança Nacional etc. Então vamos juntos tentar resistir a essa ordem, a esse decreto.”

E foi aí que surgiu o movimento dos favelados de São Paulo. Inclusive, aquele livro *São Paulo: povo em movimento* registra que a organização da população de favelas começou com esse ato de resistência dos assistentes sociais na APASSP. Foi o que juntou os favelados, e juntos fomos ajudar a resistir à aplicação desse decreto. Foi ali que começou a se organizar a população favelada na luta pelos seus direitos, na luta pelo direito à água, à luz, ao direito à posse da terra. Foi todo um movimento que nasceu ali, nós ao lado deles, lutando pela terra na cidade, pelos direitos sociais básicos. Então, o movimento de favela, que hoje é um movimento de moradia no país inteiro, teve como raiz aquele ato político de uma parte da categoria. Isso tudo era visto como muito subversivo por parte daquele segmento majoritário da profissão, que nos dizia que isso não era serviço social, era militância política. Então, foi um marco nesse sentido.

*Você está colocando os pontos de luta e de transformação na área do serviço social. São Paulo teve um papel fundamental nesse momento. Que tipo de críticas se fazia a determinado tipo de prática no serviço social que está muito demarcada, por exemplo, na LBA? O que se falava sobre a LBA?*

Olha, a LBA não tinha tanta importância para nós naquele momento. Primeiro porque a ação da LBA era muito limitada, assistencialista, pontual. Não tinha nenhum peso, nenhuma importância, pelo menos para nós naquele momento. O que tinha importância para nós era uma profissão que não questionava a ordem vigente, com posições deterministas, dizendo: “Precisamos trabalhar, estamos contratadas por uma instituição, seja pública, seja privada e temos que prestar o serviço que o contrato de trabalho nos pede, nos exige. Não nos cabe, nós não temos o que fazer.” Isso a gente avaliava como sendo uma posição determinista. “Nada podemos fazer, tudo está dado, vamos aplicar nossos conhecimentos pretensamente científicos e vamos trabalhar porque precisamos trabalhar e não questionar a ordem.”

Era o contrário da nossa profissão, que acho que caiu num outro extremo, que era o voluntarismo: achar que a gente podia tudo. A gente se via como agente de mudança, o assistente social como agente de mudança. Acho que houve um certo excesso, achando que nós, como profissionais, éramos agentes de mudança como são militantes políticos, como são partidos políticos. Então, houve uma identidade entre ação política, militância político-partidária e ação profissional. Nesse sentido, houve um certo excesso, em que nós iríamos nos engajar na luta para mudar a realidade, a nossa aliança era com o povo e a profissão ficava meio em segundo plano. Então, a formação política, o engajamento político, a ação política como profissional era o forte, era o principal, era a essência da nossa presença profissional, na conjuntura. E aí vieram demissões, perseguições...



Então a APASSP passou a lutar pelo direito ao trabalho dos próprios profissionais. Tivemos lutas históricas de profissionais perseguidos por prefeituras, por órgãos públicos, por empresas, porque eram pessoas que estavam engajadas nesse processo e que resistiam àquela prática reiterativa, alienante, pontual. Esse movimento contribuiu muito – a meu ver – para a academia, os cursos de serviço social se repensarem enquanto quadro de referência, enquanto formação política.

*Você, nesse período, trabalha como professora. Vimos, pelo seu currículo, não só você dava aulas, como dava aulas em faculdades de várias cidades de São Paulo. Vimos que você ia a Taubaté, Santos, São Caetano. Enfim, que vínculo essa sua atuação como professora, em várias faculdades, inclusive andando pelo interior do estado, tinha com esse debate que você está citando?*

Éramos um grupo de professores, de assistentes sociais e professores. Sônia Ribeiro, Pedro Malheiros, éramos desse grupo e fomos inclusive demitidos. Eu fui demitida da Faculdade Paulista de Serviço Social depois de nove anos de trabalho, por quê? Porque nós nos aliamos aos estudantes numa greve interna para repensar o currículo, para repensar a formação profissional. Nós paramos a universidade, não para ir para a rua, mas ficamos lá dentro e as horas de trabalho foram dedicadas a repensar o currículo, estudantes e professores juntos. Aquilo causou a minha demissão, a da Elma Ribeiro, que era irmã da Sônia Ribeiro, do Pedro Malheiros, e da Sônia Ribeiro. Fomos demitidos, depois de nove anos, porque fizemos uma rebelião dentro da faculdade à luz de repensar o projeto profissional, repensar a formação profissional.

*E aí você foi dar essas aulas nas outras cidades?*

Não, eu comecei ao mesmo tempo. Eu comecei na Paulista, depois fui para São Caetano, que era do mesmo grupo. Em Taubaté, ia orientar teses que a Sônia Ribeiro... A Antonieta Guerreiro, que também era do nosso grupo nessa época, já era professora de Taubaté. Então, em Santos nós nos demitimos porque a Sônia era companheira do Pedro Malheiros, não eram casados, eram companheiros, e os dois eram professores de lá. Eu também era professora – e aí como era uma fundação religiosa, ligada à Igreja, eles demitiram a Sônia por viver junto com o Pedro, só que eles ficaram com o Pedro. “Não tem importância, o professor Pedro pode, porque homem pode.” Mas a Sônia, que era mulher... E aí, nos demitimos todos juntos. Era uma luta permanente, aonde a gente ia. Eles foram demitidos e nós nos demitimos juntos. Houve a nossa demissão na PUC. Trabalhávamos com a Marta Teresinho Godinho, na cadeira de Planejamento – ela era a titular da cadeira e nós auxiliares. Eu, a Antonieta Guerreiro – a Antonieta era jovenzinha, ótima profissional – e a Aldaíza Sposati. Aí a PUC cortou horas da cadeira dela e ela, em reação a isso, se demitiu e nós nos demitimos junto. Menos a Aldaíza, em solidariedade ao trabalho da Marta. Deixamos a PUC depois de três anos de trabalho reagindo a uma atitude da direção contra a titular da cadeira, que era a Marta Godinho.

*E esse grupo de esquerda, digamos assim, da assistência social que toma o Congresso, se manteve até quando, do ponto de vista da entidade da categoria?*

Ele continuou. Quer dizer, nós fizemos o movimento de organização nacional da categoria, através dos grupos pró- associação e viajamos o país inteiro e aí, com o apoio do CELASS, organizando a categoria, criando sindicatos, associações no país inteiro. Havia uma entidade nacional. No meu currículo deve ter. Eu era coordenadora dessa entidade nacional. Então, organizamos politicamente a categoria em âmbito nacional,

depois desse Congresso de 1979. E a APASSP, de uma certa forma, era a vanguarda desse movimento, dessa luta. E nós fomos com a APASSP – eu como presidente – até 1978, 1979. Nesse tempo, eu lecionava nas FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas – como assistente social. Era uma faculdade particular, que cresceu muito a partir da vinculação com o regime militar, e nós fazíamos uma resistência lá dentro. Lembro-me que, a cada ano, os estudantes me convidavam para ser paraninfa, e meus discursos eram gravados. Em seguida, eu era chamada na diretoria para explicar meus discursos. E os estudantes – era uma faculdade particular, eles pagavam – antes do final do ano, faziam uma abaixo assinado exigindo a minha volta no ano seguinte, porque eles sabiam que se eles não fizessem isso, se não me sustentassem, eles me demitiriam. Então, todo ano, eles faziam isso. Quando foi em 1982, quando me elegi vereadora pelo PT, depois de nove anos de trabalho nas FMU, fui demitida.

*Mas a direita, que perdeu o Congresso, rearticulou-se de alguma maneira ou, a partir daquele momento, desapareceu do mapa?*

Não, ela resistiu com focos. Aonde a gente ia, eles também iam. Não é que eles ficassem passivos não.

*E onde eles atuavam?*

Nas faculdades, nas instituições. Nós éramos vistos como pessoas perigosas.

*Mas eles não tomaram mais a direção da associação de vocês? Vocês continuaram com esse poder?*

Sim, claro. Nós éramos vanguarda na profissão.

*Do ponto de vista da articulação que você mencionou, fica muito claro que, no interior das escolas, havia um grupo que combatia vocês fortemente, que demitia, que cerceava.*

Havia, claro.

*Que tipo de posições esse grupo ocupava? Quer dizer, ele não estava na associação de classe, mas estava na direção das escolas?*

Nos quadros das escolas, na direção das escolas.

*E são pessoas antigas na área do serviço social?*

São.

*E tinham contatos políticos?*

Tinham. Não de militância política, mas de comprometimento político.

*É isso que eu quero dizer: tinham relações com o poder?*

É, tinham relações de convivência com a ordem vigente. Estão nos cargos, alguns nas escolas. São os mesmos de sempre.

*Quer dizer, as escolas, nesse sentido, acabam se tornando lugares onde a manutenção dessas idéias, digamos, não renovadoras, é mais forte até do que no próprio movimento associativo?*

É. E haviam algumas escolas que, como tinham professores ligados à Associação, acabavam criando focos de resistência em seu interior. Havia tensões e conflitos com esses outros profissionais.

*Você veio para São Paulo, fez esse movimento todo com esse grupo... E sua relação com a Igreja? Você manteve vínculos, em São Paulo, com pessoas da Igreja que estavam tomando posições progressistas?*

Sim. Dom Paulo, por exemplo. Mas não mais um vínculo orgânico. Eu também nunca tive vínculo orgânico; eu era uma pessoa que militava aproveitando muito o espaço que a Igreja oferecia. Porque durante a ditadura, a Igreja ainda era o espaço em que você podia fazer alguma ação política. Era muito mais nesse sentido, do que no de um compromisso orgânico com a Igreja. Então, chegando em São Paulo, também me juntei àquele setor da Igreja, no caso dom Paulo, dom Angélico. Eles estavam na luta do povo, na periferia de São Paulo e estavam na luta de resistência à ditadura militar, indo às prisões... Dom Paulo foi uma pessoa com a qual a gente teve um vínculo muito forte. Mesmo durante o meu governo, ele foi uma pessoa que respaldou o meu governo. Inclusive, no livro dele, ele faz referência ao meu governo.

*Você se elegeu vereadora em 1982.*

Sim, em 1982 me elegi vereadora, e fui demitida das FMU, que era o meu vínculo. Aí não estava mais no meu trabalho no interior. A militância política me tirou de meu trabalho no interior em função do partido – fui uma das primeiras fundadoras do PT – e, como vereadora, o meu mandato era em serviço da luta do povo: a luta pelo direito à água nas favelas, à luz nas favelas, contra o despejo, as desfavelizações, os confrontos com a polícia. Foi também um momento de muito conflito e muito confronto. Eu era considerada muito perigosa pelos órgãos de segurança.

*Você foi lançada candidata pela categoria? A categoria de assistentes sociais teve um peso grande quando você foi lançada vereadora?*

Teve na eleição, não no lançamento. Fui lançada por setores do partido, não necessariamente por assistentes sociais. Agora, na minha votação teve um papel importante a assistência social; esse meu trabalho como assistente social, sobretudo esse grupo mais ligado à gente.

*Você dedicou uma parte de seu programa à assistência social?*

Sim, claro. Aos direitos sociais, à organização do povo pelos direitos sociais. No meu mandato, e no de outros companheiros do PT, a assistência social teve um papel fundamental no fortalecimento da organização popular, em trazer o movimento para dentro da Câmara dos Vereadores, em ter uma influência na atuação dos vereadores. Enfim, eu percebo que toda a minha militância como vereadora, como deputada estadual, como prefeita foi muito marcada pela minha posição profissional.

## [FINAL DA FITA 2-A]

A minha posição profissional marcou e vem marcando definitivamente a minha ação política, a minha militância política. Como vereadora, os projetos que lancei, a minha relação com os movimentos, a abertura de espaço na Câmara para os movimentos organizados, o escancaramento das portas do legislativo municipal se deu não só pela minha luta pessoal, mas pela de outros companheiros. Isso foi fruto do meu compromisso com o movimento. O movimento foi se politizando, se fortalecendo. Como deputada, a mesma coisa. Como deputada, de certa forma, como só fiquei dois anos – porque aí em seguida me candidatei a prefeita – tudo era uma extensão da minha militância como vereadora; eram as mesmas lutas.

Naquele despejo que fui agredida pelos policiais, eu estava defendendo o último barraco. Nós passamos o dia inteiro lutando contra aquele despejo e o último barraco que restava tinha duas crianças: uma recém nascida e uma de 2 aninhos. A mãe estava trabalhando fora e as crianças estavam dentro do barraco. Fui para dentro do barraco para não permitir que o derrubassem com aquelas crianças dentro, e aí eles me arrastaram, a mim e as crianças, e derrubaram o barraco. Depois, na campanha de 1998, encontrei essa senhora, e ela me falou que sua filha já estava com 12 anos. Ela veio para me dizer que tinha uma identidade comigo por aquilo que eu havia vivido junto com os filhos dela. E depois eu fui prefeita. Então, o modo de eu governar, a relação com os movimentos – como eu vim do meio deles – teve uma função pedagógica: minha relação com os movimentos, na forma de eu lidar como autoridade, mas com um movimento do qual eu vinha, as tensões que também ocorreram pelo fato de haver uma expectativa acima daquilo que era possível responder pelo limite que havia para o governo. Apesar de ser uma cidade daquele porte, havia limites objetivos, reais. E percebo um profundo traço pedagógico da minha relação com o povo. Eu aprendi nessa relação.

Lembro-me que uma vez o movimento de saúde, com quem nós já havíamos negociado o orçamento do ano seguinte, que era o máximo que um governo já tinha destinado à saúde, já tínhamos acertado tudo, no dia seguinte foi reivindicar junto à Secretaria de Saúde do estado mais recursos. Aproveitaram e foram à prefeitura, um grande grupo gritando palavras de ordem, reivindicando mais recursos. Eu fiquei muito irritada, desci do meu gabinete, fui lá embaixo e reclamei deles. Disse: “Olha, vocês sabem que já discutimos sobre o quanto a gente já destinou à saúde, que foi o máximo que um governo já destinou. Então não é justo que vocês venham nos cobrando mais ainda, como vocês estão cobrando do governo do estado. Isso não é justo, não está certo.” Aí uma liderança do movimento, a Zulmira, gritou: “Mas foi você que nos ensinou a fazer assim.” É verdade. Dei-me conta de que quando era oposição, eu estava nas portas das prefeituras com eles. Na porta dos governadores, exigindo, sem querer saber se tinham ou não tinham recursos. Então era tudo marcado por um componente pedagógico, educativo para mim e para eles. Então, isso eu atribuo à minha formação profissional.

*Isso também foi verdade na sua experiência como ministra do presidente Itamar Franco?*

Sim. Eu fui demitida pelo meu compromisso profissional. O governo queria reprimir a greve dos servidores naquela ocasião e eu, como ministra da Administração, participava do coletivo que decidia sobre a política salarial. Nós vínhamos de uma experiência de prefeitura e trouxemos pessoas competentes: Paulo Sandrone e outros. Eu me liguei ao

Barelli que, naquela época, era ministro do Trabalho e a gente tinha capacidade de decifrar os números que a área técnica do governo nos apresentava, dizendo que não havia excedente de receita para dar reajuste. A gente, com a nossa experiência, percebendo que tinha e eles não queriam atender àquela reivindicação. A gente defendia um melhor reajuste salarial e o governo queria cercar os ministérios, com a cavalaria, para reprimir o movimento. Eu desci de meu gabinete, me juntei ao movimento, e disse: “Não vim para esse ministério para ver trabalhadores reprimidos por estarem exercendo o direito de reivindicar melhores condições de trabalho.” Então, quando eu subi, já tinha um telefonema do Presidente da República pedindo o cargo, porque ele já havia dito que não concordava. Mas eu já sabia.

Lembro-me que a Fiocruz me convidou, como ministra, para participar dos atos pelo dia 8 de março lá no Rio. Naquele dia, a imprensa noticiou que o presidente convidou o Resende para ser ministro da Fazenda e ele era um quadro da ditadura militar. Eu no Rio, como ministra, denunciei: “Não, esse governo que veio de um movimento cívico pela ética, que cassou o presidente [Fernando Collor], ele não tem direito de trazer para seu ministério um quadro técnico e político da ditadura militar.” Eu falei com a imprensa e achei que ia chegar à Brasília já demitida. Mas não, ele me demitiu alguns meses depois, nesse movimento dos servidores. Então, meu compromisso era esse. Embora eu tenha vindo contrariando uma decisão do PT. Aliás, foi por isso que eles quiseram me expulsar, mas acharam que era um preço político muito alto e aí me suspenderam por um ano. Mas eu não vim para o governo para fazer concessões. Vim para o governo por entender que nós tínhamos ajudado a tirar o Collor e tínhamos obrigação de ajudar o país naquela transição. E eu vinha de uma experiência de governo em que aprendi muito.

Achava que poderia ajudar o meu país e vim, mesmo contrariando uma decisão partidária. Aquilo foi considerado algo inaceitável para um partido de esquerda. Até compreendo que, de fato, para um partido de esquerda, você se insurgir contra uma decisão – a maioria de um voto, foi um diretório com um voto de diferença – é grave. Hoje o partido reconhece que foi incorreto não ter vindo para o governo Itamar e provavelmente, hoje não seria Fernando Henrique Cardoso o presidente ou, pelo menos, não seria duas vezes presidente. E se fosse, teria um outro compromisso que não esse. Acho que quando a gente age com uma consciência muito tranqüila, da nossa responsabilidade... O partido é um meio, não um fim. Não posso me submeter. Entendo que a democracia interna é importante, mas não posso subordinar meus compromissos de consciência a uma decisão, a meu ver, meramente oportunista, eleitoral. Eles imaginavam que Lula perdeu do Collor, o Collor foi cassado e na próxima – em 1994 – viria Lula. Política não é isso. A realidade não é linear, não é mecânica, não é funcional. Ela é dialética. E eu achava que se o PT fosse para o governo Itamar, levando um projeto – o Itamar queria isso, sou testemunha que ele preferia ter-se coligado com o PT, com a esquerda, do que com o PFL e companhia. O PT é que não quis, o que a meu ver, foi uma visão oportunista, eleitoreira, imaginando que em 1994 daria Lula. Ao passo que se tivesse ido, ficado no governo como eu fiquei, quatro meses e meio, enquanto deu para eu ser fiel aos meus compromissos... Assim que não deu, fui embora. E eu provoquei a minha saída, eu sei que provoquei. Mas provoquei exatamente porque não ia conceder, não ia compactuar com coisas que não tinham nada a ver com meus compromissos. Então, há uma linha de coerência que, modéstia à parte, acho que tenho mantido em toda a minha ação política. Uma coerência com o lugar onde eu nasci, com meu povo, com muita gente. E isso até hoje.

*Para concluir, peço que você fale um pouco sobre o que você pensa e projeta para a profissão de assistente social nesse novo século?*

Acho que cada vez mais a profissão de serviço social, de assistente social é necessária, sobretudo num mundo que está sendo revolucionado por uma política que está se inviabilizando, embora vá durar muito tempo ainda, que é o neoliberalismo, que é essa globalização econômico-financeira, que é essa concentração de poder político financeiro econômico no mundo. Mas, de outro lado, você tem a humanidade passando por um processo de virada de civilização. É uma nova civilização, é um novo projeto de humanidade que está emergindo, que está em semente. O nosso projeto é um projeto humano, é um projeto de humanidade. Só que temos que nos antecipar ou pelo menos estarmos juntos nessa transição pela qual a humanidade passa, e que as instituições políticas estão passando. O Estado nação não é mais o mesmo da Guerra Fria. Esse 11 de setembro de 2001, a meu ver, é um emblema de uma virada, de novos tempos, de uma nova civilização, de um novo projeto de humanidade. Nós temos que ser muito capazes, estar atentos, estar participando e descobrindo um novo projeto de profissional que nós temos que gestar para atender à sociedade e à humanidade, nesse novo momento dela. O assistente social, como educador social, será sempre necessário e indispensável em qualquer modelo de sociedade, em qualquer modelo de país, de nação. E com um forte componente político-ideológico. Porque a ideologia, como dizia mesmo o Althusser, como dizia o Gramsci, é o cimento da superestrutura da sociedade. Nós temos que romper também com esses valores, com essa ideologia, com esses paradigmas velhos, ultrapassados e sermos flexíveis o suficiente para recriar com o povo. E é o povo que cria o novo, não somos nós. Nós somos agentes de mudança a serviço do que o povo faz. E ele fará ou não fará. O novo é ele que cria e nós, como aliados do povo, como servidores do povo, nós temos que ser os que ajudam o povo a fazer esse trânsito para uma nova humanidade. Uma nova sociedade, um novo homem está em gestação aí no mundo.

[FINAL DO DEPOIMENTO]